

Obras Públicas e Defesa Nacional

NELSON COUTINHO

Pela imprensa do País foram ultimamente divulgados dois decretos-leis, com os quais o Governo da República lança o "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", plano para cuja execução se estabelece um período de cinco anos e se fixa uma inversão de capitais no montante de tres milhões de contos de réis. Com o primeiro dos referidos decretos, o Governo institue o mencionado plano e cria as fontes de rendas para o seu custeio; com o segundo, que tem um caráter de lei de meios, é estimada a receita a ser arrecadada e aberto um crédito especial de Rs. 600.000:000\$, para fazer face às obras que serão realizadas no corrente ano, ficando o aludido crédito distribuído pelos vários Ministérios e, certamente, logo vinculado a serviços e obras já previstos e estudados, dentro do plano de conjunto ora adotado.

Esse fato se reveste de uma importância singular, sobretudo porque constitui um passo dado para que entre nós as iniciativas isoladas e as soluções parciais não sejam mais as normas de ação dos que têm a responsabilidade dos negócios públicos.

E' bem verdade que não sabemos, na ordem prática, como se acham encarados os nossos problemas, nem tão pouco como serão eles solucionados, uma vez que os citados decretos se acham concebidos em termos amplos e gerais, não dando margem a uma apreciação razoável em torno do conteúdo e da extensão do Plano de Obras a ser realizado. Mas, de certo, buscou-se fixar os aspectos fundamentais dos nossos vários problemas, afim de encaminhá-los dentro de uma programação sistematizada e global, sendo igualmente tudo previsto para lhe assegurar uma perfeita continuidade.

Incontestavelmente a falta de uma exame sério e aprofundado da nossa vida e das nossas cousas, ao lado da unilateralidade e da ausência de ânimo e de vontade construtiva nas iniciativas que têm sido tentadas, são o principal fator negativo de todos os empreendimentos de maior vulto até hoje ensaiados pelos poderes públicos.

Enquanto isso, no momento mais do que nunca se impõe a necessidade do estabelecimento de bases seguras e perfeitamente definidas para toda e qualquer empresa, tanto na ordem pública, como na privada, mesmo porque, à medida que o progresso da técnica da produção, dos transportes e dos meios de comunicações se acentua, mais se ampliam e se diversificam os mercados, tornando-se cada vez mais complicado o mecanismo das relações sociais e mais precárias, ao homem isolado, a perspectiva e o controle das cousas.

Nessas condições, não pode deixar de constituir para os brasileiros um acontecimento que bem merece um registro especial, o propósito governamental de introduzir uma nova coordenação e novos métodos de trabalho nas atividades oficiais, que, bem orientadas, terão a mais salutar repercussão na vida nacional.

De fato, de ha muito carecemos de uma melhor ordem no encaminhamento dos nossos problemas. A' falta de um supervisão, de uma visão de conjunto, de um espírito construtivo melhor inspirado, temos vivido mais ou menos à margem das nossas cousas, como que entregues a uma incompreensão e a uma indiferença inexplicáveis, a despeito das nossas grandes possibilidades, do nosso enorme potencial econômico, ainda não mobilizado em favor da nacionalidade. Esse descaso permanente pelos nossos assuntos econômicos e sociais tem concorrido para aumentar

a indisciplina reinante em os nossos métodos de trabalho e de organização, repercutindo fortemente nos espíritos e dando ensanchas a que as ironias faceis e o ceticismo convencional, que bem revela a ausência de qualquer parcela de vontade criadora, amortecem o entusiasmo e a emulação indispensáveis, criando um ambiente de apatia e de descrença quanto ao êxito de tudo que se pretende realizar. Tão generalizado se acha esse negativismo, essa falta de confiança e de vibração, que é comum se ouvir, nas diversas camadas sociais, sempre que se pretende realizar alguma cousa nova, restrições de toda a sorte e os palpites mais desencontrados e pessimistas. Já Silvio Romero, um dos mais completos e equilibrados estudiosos das nossas cousas, teve oportunidade de registrar que o pessimismo que nos dominava chegou, em certo tempo, a tomar tal vulto que se tornou frequente a impressão de que não tínhamos capacidade para viver como povo autônomo e soberano. Mas a verdade é que apenas precisamos encarar um pouco mais seriamente os nossos problemas, para cuja solução nada mais carecemos do que nos organizarmos e trabalharmos com obstinação e continuidade. O que precisamos é resolver, como já havia salientado aquele patriota, as antinomias ainda existentes entre o nosso País e o momento em que vivemos, época do petróleo, do carvão de pedra, da eletricidade, da aviação, do rádio, da grande agricultura, da grande indústria, do aproveitamento das riquezas mineiras, com a exploração do sub-solo. Ninguém desconhece que contamos no nosso território com apreciáveis reservas de carvão, ferro, manganês, estanho, zinco, níquel, chumbo, cromo, cobre, ouro, prata e platina e vários outros minerais, que uma vez mobilizados constituirão uma base sólida e de largas proporções para o erguimento da nossa grande indústria. Precisamos, desse modo, de uma vez por todas, nos convenceremos de que a razão predominante das dificuldades que experimentamos e das perturbações e abalos que temos registrado decorre da nossa deficiência de organização, de continuidade no trabalho, de uma orientação equilibrada e obstinada no sentido da valorização do nosso homem e da nossa terra.

Ainda bem que já conseguimos vencer certos preconceitos, destituídos de conteúdo, entre os quais se destacava o de se atribuir a indivíduos a responsabilidade nos contratemplos e nas crises que temos enfrentado no decurso da nossa vida. E' indiscutível que a realidade econômica, social

e política supera o indivíduo, submetendo-o à sua força imperativa. Outrora, por exemplo, era muito comum dizer-se que os homens que se achavam no Poder eram sempre incapazes, pouco honestos, despercebidos das suas tarefas e dos seus deveres, e que as reservas morais, o espírito público, os bons propósitos de servir à pátria, somente se encontravam entre os que faziam oposição aos que detinham as posições governamentais. Desse preconceito, fruto de campanhas políticas apaixonadas, superficiais e interesseiras, nasceu essa permanente indisposição entre governantes e governados, tornando mais difícil qualquer esforço harmônico tendente a reunir todos os brasileiros em torno de objetivos mais em conformidade com os interesses superiores da terra comum.

Modificada essa psicologia, passada essa época, quando predominavam os pontos de vista pessoais e somente superficialmente se abordavam os nossos problemas, mediante plataformas de governo, sempre falhas e em precárias condições de exequibilidade, pela falta de ordenação, de objetividade, de consonância com a nossa realidade, nos encontramos atualmente com as possibilidades mais favoráveis de traçar uma diretiva e um rumo definitivos à nossa ascensão em busca de uma situação de maior estabilidade e de maior bem estar.

Não temos, todavia, necessidade de ir buscar fora das nossas fronteiras, para aplicar em o nosso meio, sistemas e estruturas político-administrativas estranhas à nossa índole, à nossa formação. E' bem verdade que não podemos nos isolar da realidade contemporânea e dos fatos que se desenrolam pelo mundo afora, mas, ao contrário, com maior ou menor intensidade temos que sentir os seus efeitos e devemos até, naquilo que se conformar com o nosso conteúdo, colher como produto de uma experiência já integrada. Somos uma nação, um povo e, assim, não obstante as contingências do momento, devemos sempre ter em vista a nossa feição particular, os nossos próprios problemas, que reclamam uma solução adequada e específica à nossa psicologia, às nossas tradições, que são um chamamento permanente à nossa realidade. Por isso mesmo é que não nos devemos prender ao convencionalismo das fórmulas preestabelecidas, jamais pretendendo encontrar identidade onde, quando muito, se verificam aspectos coincidentes. O que nos cabe fazer é procurar penetrar e compreender a situa-

ção nacional "como ela é em si mesma, no seu caráter, na sua índole, na substância íntima do seu ser, na trama fundamental da sua organização, nos seus elementos formativos, na essência intrínseca que a constitue", para mais razoavelmente planificarmos a nossa conduta no setor da nossa política e da nossa administração.

Aliás, queremos de logo salientar que o fato de cogitar o Governo Brasileiro de levar a termo a execução de obras públicas e do aparelhamento da defesa nacional, dentro de uma programação fixada no tempo, não importa em espírito de imitação aos governos de outros povos. É que nos últimos tempos o curso da civilização assumiu um ritmo mais acelerado. No momento, ou os povos se organizam em todos os setores, mobilizando todo o seu potencial humano e econômico, afim de se capacitar a reger soberanamente os seus próprios destinos, ou passam a uma posição secundária no concerto das nações.

Não tem outro sentido o esforço que vamos empreender em prol do nosso desenvolvimento oficial, político e econômico; é nosso desejo tão somente estruturar cada vez mais a nacionalidade dentro das suas tradições, das suas aspirações, de paz e de trabalho. Não temos, pois, quando, ao lado de um plano de obras públicas, nos preocupamos com o aparelhamento da defesa nacional, outro objetivo, senão o de cuidar da nossa preparação defensiva, mesmo porque nenhum espírito expansionista alimentamos, nem jamais pretendemos nos atastar do pacifismo em que temos vivido, por índole e por formação histórica.

Dessa maneira, o que nos anima é a consciência de que não podemos mais retardar a mobilização dos nossos grandes recursos, em favor do engrandecimento da pátria, cujos problemas reclamam uma solução mais adequada e mais rápida. A despeito do esforço e de algumas tentativas levadas a efeito aqui e alhures, a verdade é que quasi tudo no Brasil ainda espera solução, a começar pela ocupação, no sentido econômico, de grande parte dos nossos territórios, que não obstante os seus enormes recursos, se acham ainda desincorporados e desarticulados da vida brasileira. A falta de entrosagem dos vários centros de atividade tem sido, quasi sem discrepância, uma norma na nossa administração pública. Os departamentos administrativos, da União e dos Estados, em via de regra, agem sem articulação, como se fossem órgãos autônomos e independentes, sem qualquer ligação com o conjunto

da máquina estatal, e, às vezes, até em choque entre si. Vezes ha que, pela falta de supervisionamento no aparelho governamental, se registram repetições de serviços, com grande desperdício de capital e tempo, como também têm sido frequentes e não seria difícil se alinhar os exemplos de obras iniciadas e logo abandonadas, antes mesmo da sua conclusão, por não serem mais consideradas de utilidade. Assim se dissipam recursos e esforço, em detrimento do Serviço Público, que se desfalca e se desprestigia no conceito da nação. Essas ocorrências, que infelizmente não são raras, criam uma situação de menor autoridade para os governantes, que aparecem aos olhos dos governados como pouco cuidadosos das responsabilidades que lhes cabem, como diretores que são dos mais altos interesses do Estado.

Temos muito que fazer, uma vez que, tanto na esfera pública como na privada, os nossos problemas avultam, desde os mais simples aos mais complexos. De um modo geral, o nosso trabalho e a nossa produção ainda são precariamente organizados, não dispendo de condições mais estaveis; o nosso regime de terras está a reclamar uma legislação mais adequada, notadamente as do domínio da União, que conta, entre outras, com as Fazendas Bitonia, Caiçara e Casalvasco, cujas terras abrangem uma área de várias dezenas de léguas quadradas, de grande valor produtivo, e que se encontram quasi que ao abandono; as condições de trabalho nas cidades do interior são precaríssimas, acumulando-se nelas uma população desnutrida e apática, que não encontra outra fonte de atividade que não seja rudimentares indústrias domésticas, o pequeno comércio ou os ofícios de pedreiro, ferreiro, carpinteiro e outros similares, e que vive com extrema dificuldade; nas cidades maiores e até em algumas capitais, não são melhores os recursos de vida, uma parte da massa da população encontra trabalho mais ou menos regular nas raras fábricas, onde elas existem, enquanto que a outra parte apenas encontra emprego nas companhias de transporte, nas obras públicas, ou procuram acesso nos corpos militares.

E, assim, temos vivido desorganizados, meio abandonados, sem vibração, sem emulação, com uma fraca dose de civismo, de espírito público, quando carecemos trabalhar com entusiasmo e com a consciência de que estamos contribuindo e colaborando numa grande obra de construção na-

cional. Temos necessidade, fora de dúvidas, de um estímulo e, para que tal se verifique e conquiste a consciência brasileira, torna-se indispensável a convicção de que vamos construir, valorizar, erguer a terra comum ao seu merecido destino.

Dai o interesse que se nota nos nossos diversos centros de atividade pelo conhecimento do Plano Governamental, que embora ainda não divulgado nas suas linhas gerais, contudo já constitui uma expectativa, ou melhor um passo no sentido da coordenação e da continuidade da ação pública entre nós. São, realmente, escassas as quotas distribuídas com os Ministérios pelo decreto que instituiu o Plano de Obras Públicas, não permitindo a execução de serviços de maior vulto; é, contudo, inegável que tal evento representa uma etapa nova nos nossos métodos de administração. Agora, ao lado da lei orçamentária ordinária, onde estão previstas receitas e despesas comuns ao exercício financeiro e correspondentes ao funcionamento normal da administração pública, criou o Governo, com recursos extraordinários, a possibilidade da realização de empreendimentos novos, cujo andamento e termo escapam aos pontos de vista pessoais dos titulares eventuais dos vários cargos de comando, bem como às contingências das dotações orçamentárias. Dentro desse critério, seria, a nosso ver, bem mais interessante que, em função da orientação ora seguida pelo Poder Constituído, fosse organizada uma comissão permanente para superintender, ajustar e rever, periodicamente, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, de modo que, a partir daí, corrigíssemos definitivamente as falhas e as deficiências das obras e dos serviços que temos experimentado.

Não há exagero em se afirmar mais uma vez que um dos maiores males que nos têm afligido, decorre do alheamento em que permanecemos dos nossos verdadeiros e fundamentais problemas que são valorizar o nosso homem, proporcionando-lhe outras condições de vida, e explorar as nossas grandes riquezas, particularmente as minerais, que são abundantes, porque a verdade é que, salvantes algumas exceções, continuamos numa fase de primitivismo agrário, abandonadas e entregues à sua sorte, como se acham, as nossas populações rurais, e inexplorado o nosso sub-solo, onde jazem recursos de um valor grandemente apreciável.

Contamos, sem dúvida, com os melhores elementos para nos tornarmos um grande centro de trabalho e de produção, uma nação provida das

melhores possibilidades; infelizmente, por displicência e por incompreensão nossa, apenas somos um organismo fragil e sem consistência, desprezados como se acham o nosso homem e as nossas riquezas naturais, que são atualmente a única e sólida base para a indústria moderna e o principal fator de engrandecimento dos povos.

Deveria, pois, consoante nos parece, o Plano Nacional de construção da nossa economia ter como principal escopo orientar e dirigir as energias nacionais no sentido do aproveitamento imediato das nossas tão conhecidas riquezas minerais, afim de aparelharmos convenientemente as nossas indústrias básicas, cuja constituição deveria ser enfrentada prontamente, proporcionando-se, ao mesmo tempo, novas diretrizes à nossa vida rural, que está a reclamar uma verdadeira, continuada e profícua assistência técnica, financeira e sanitária. Dentro dessa ordem temos que intensificar o incremento da nossa economia, ampliando e aperfeiçoando as nossas redes de viação, ferroviária e rodoviária, de acordo com um plano preestabelecido e sistemático, aproveitando-se, sempre que possível, os cursos navegáveis dos nossos rios, de modo que todas as regiões do País venham ter certo e permanente escoamento para a sua produção; melhorar o nosso aparelhamento de crédito, especialmente o agrícola, com a adoção de medidas eficazes que venham reduzir as taxas de juros, assegurando a todos os produtores recursos para as suas empresas; disseminar o espírito de cooperação, promovendo por todos os meios a criação de cooperativas de crédito, de venda, de produção e de consumo; aparelhar o atual Conselho Federal de Comércio Exterior dos elementos indispensáveis para que possa ele intensificar as nossas trocas e abrigar a economia nacional do excesso da concorrência internacional; dar uniformidade na organização das nossas várias instituições de previdência social, resguardando-se o seu patrimônio e as suas reservas de operações duvidosas; tornar mais amplo e mais eficiente o fomento agrícola, com a criação de novos núcleos pelas várias regiões do nosso território, afim de, por intermédio dos mesmos, se fazer a maior difusão possível de ensinamentos dos mais modernos processos de trabalho agrícola, com a distribuição, pelo custo e com pagamento a prazo, de instrumental agrário, adubos, sementes selecionadas, inseticidas, reprodutores das várias espécies, vacinas, bem assim criando-se, em cooperação com os particulares, campos de experimen-

tação e de demonstrações agro-pecuárias. Corroando essas iniciativas que se relacionam com o aproveitamento e incorporação das nossas riquezas, cumpre-nos ainda e principalmente cuidar-mos do nosso homem, em particular o do campo, vinculá-lo à terra, despertando-lhe apego e atração pela vida rural, dado que ninguém desconhece a situação de penúria e de abandono em que se encontra grande parte da população brasileira. Nós que vivemos nas cidades, distanciados do contacto com o campo, nos empolgamos com a aparência de progresso que o crescimento das capitais deixa transparecer. Mas esse crescimento, infelizmente, não é um desenvolvimento proporcionado, não reflete pujança e condições apreciáveis de propulsão da vida nacional. É antes um fenómeno de hipertrofia. É mais a consequência de um deslocamento das zonas rurais para os centros urbanos, o que significa e expressa um sintoma pouco animador e pouco favorável à nossa estruturação.

Através desses aspectos, fixados tão rapidamente, mas tão verdadeiros e irrecusáveis, é evidente que temos de voltar as nossas vistas para

o nosso hinterland, com o propósito deliberado e firme de introduzir uma assistência econômica, financeira, sanitária e social de mais alta envergadura, afim de que as nossas populações rurais possam se tornar um elemento ainda mais ponderável na obra de alevantamento do nosso ritmo de vida.

Aliás, parece-nos que as Colônias-Escolas preconizadas pelo dr. M. A. Teixeira de Freitas, em magnífica conferência lida em março de 1934, na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, seriam também um excelente instrumento a ser utilizado nessa tarefa de adaptação e de erguimento dos brasileiros da zona rural, que a despeito de tudo têm sido os maiores e mais esforçados construtores da nossa produção, da nossa riqueza.

Assim procedendo, teremos enfrentado decisivamente os problemas mais importantes do País e criado um ambiente de trabalho propício à instauração de uma nova ordem de coisas, capaz de nos despertar entusiasmo, espírito criador, emulação, maior dose de civismo e de vontade de colaborar numa obra que representa, de fato, uma renovação nos quadros da vida brasileira.